

ANA MARIA FONTENELE

MARIA CRISTINA PEREIRA DE MELO

COMÉRCIO EXTERIOR DO NORDESTE (1990-2008) E DILEMAS DE POLÍTICA PÚBLICA EM UMA ECONOMIA POBRE COM PAUTA CONCENTRADA

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma síntese do movimento do comércio exterior da Região Nordeste do Brasil no período 1991 a 2008. Este período é dividido em duas fases: do início da abertura nos anos 1990 e a partir do ano 2000. A periodização adotada permite comparação entre duas décadas e a captação da difícil e demorada inserção do Nordeste pós-abertura da economia brasileira, sua efetivação e principais resultados dela. Os resultados sustentam que a região nos anos 2000 ainda continua pouco aberta ao comércio externo e as vendas permanecem concentrados em setores tradicionais da pauta, intensivos em recursos naturais, em energia e de baixo conteúdo tecnológico. Ocorreu mudança quantitativa na pauta exportadora e nas posições relativas entre os setores, consequência do comportamento da demanda de parceiros comerciais como Estados Unidos e China. As exportações dos estados nordestinos revelam simplesmente suas especificidades em recursos naturais e mão de obra barata ou criada via política pública. Portanto, qualquer estímulo oriundo de preço internacional, de demanda ou de incentivo fiscal que venha a alavancar as vendas para o setor externo resulta forçosamente em uma mudança de importância dos setores ou mesmo em uma queda da concentração.

I. Introdução

Da crise do pensamento keynesiano do final dos anos 1960, do final do padrão divisa ouro, das economias embarceiradas pelas diferentes formas dos diversos protecionismos, das recessões, dos processos inflacionários, passou-se para a aparente, difícil e demorada integração a uma economia “globalizada”. Nesta, os estudos passaram a se direcionar para os determinantes da competitividade em suas várias dimensões e conceitos quase sempre ligados à sempre bem-vinda “competição” dos mercados das economias e das ideias capitalistas. Nesse contexto, passeiam as metodologias determinando e acompanhando a evolução da sofisticação do registro, do tratamento e da informação de dados.

Como resultado para o Nordeste, às vezes se assinalava uma provável “saída” pelo comércio, “aproveitando” a abertura, algumas vezes apenas a explicação de seus

resultados e, em outras, a constatação de outro tipo de embarreiramento – aquele produzido pela própria pobreza da região. No entanto, sempre presente a questão: o que fazer? Tem sentido uma política de comércio exterior para a Região?

Em estudos anteriores, apontou-se para a trajetória dos resultados revelados pelo comércio e, baseados nestes, se sugeriam setores competitivos ou que poderiam vir a ser. Em outros, a constatação das dificuldades de se inserir internacionalmente em circunstâncias em que a demanda mundial, fortemente direcionada por economias já desenvolvidas, produzia um processo de abertura claramente assimétrico. Como se a região tivesse que se integrar a qualquer custo, investigavam-se, então, as condições sistêmicas. Dessa forma, por vezes foram identificadas oportunidades perdidas. E, novamente, novas sugestões de políticas para “aproveitá-las”.

Nessa busca, em inúmeras ocasiões, exatamente as condições sistêmicas eram indicadas como fortes limitadoras da integração e, talvez por isso, ao serem mencionadas as prováveis políticas, parecia que, na verdade, se concluía pela dificuldade de se desenhar – e, portanto, alcançar – o tão desejado círculo virtuoso, ou seja, a abertura revelando setores que, ao serem estimulados, induziriam o crescimento que estimularia setores e assim por diante.

Em artigo de 2003 (FONTENELE; MELO, p.54) constatava-se a demora: “Como parte dos resultados em nível nacional, o comércio exterior da Região Nordeste pouco se modificou a partir de 1997. No geral, a pauta de principais produtos manteve as mesmas especificações, registrando fortes especializações regionais (...)” Em 2001, as autoras já colocavam que:

“Considerando os limites impostos pelas políticas horizontais expostas pela administração das variáveis macroeconômicas, acreditamos que a manutenção ou criação de novos setores competitivos na região somente será possível por meio da associação de estratégias estaduais estilizadas, levando em conta as características específicas dos estados nordestinos, mais precisamente no que se refere a estratégias industriais, de investimentos públicos e de assistência que possam alavancar as condições sociais da região com melhoria de qualidade dos gastos públicos.” (FONTENELE; MELO, 2001)

Essas conclusões induziam que a associação de estratégias poderia criar uma sinergia de modo a relaxar os limites sistêmicos e, assim, fazer surgir um novo ambiente que possibilitasse uma relação positiva entre comércio e crescimento e, quem sabe, forçar uma nova trajetória para o Nordeste diferente daquela traçada por sua história até aquele momento.

Galvão, em sua importante sintetização no artigo “45 anos de comércio exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004” registra o mau desempenho nordestino e desenha com os dados o processo experimentado pela região no período citado. Analisando os resultados da série, sentencia afirmando que, se o Nordeste fosse um país, as “medidas para o seu grau de abertura o colocariam como uma das economias mais fechadas de todo o mundo” (GALVÃO, 2007, p.18).

O autor explica os resultados de comércio exterior pelo processo de introversão ocorrido na economia brasileira decorrente das políticas anteriores ligadas ao modelo de industrialização baseado na substituição de importações. A limitação do aparelho produtivo da Região Nordeste por si só já impunha o limitado grau de abertura ao se olhar também pelo prisma das importações:

“(....) o Nordeste só comprava do exterior estritamente o que não era produzido no País – por força, obviamente, das elevadas barreiras tarifárias e do cumprimento rigoroso da Lei dos Similares, que vedava (...) a aquisição de bens de consumo, de matérias primas e de máquinas e equipamentos que tivessem produção similar em alguma outra região do País” (GALVÃO, 2007, p. 21).

Este é um forte registro das razões do processo de introversão: o Nordeste adquiria de outras áreas da nação as “importações” necessárias para atender o dispêndio em bens não produzidos pela própria Região.

Ao se comparar o Nordeste com as demais macrorregiões geográficas em qualquer dos períodos explorados pelo autor, nota-se que essa foi sem dúvida a região de pior desempenho vista pelo lado do crescimento das exportações, mas as décadas de 1980 e 1990 foram aquelas que registraram as piores performances. Daí, apenas a partir do ano de 2002, a Região, assim como o País, parece reverter e expor performances favoráveis.

Hoje, como consequência de políticas sociais em nível nacional – como o programa Bolsa-Família –, a Região Nordeste parecia registrar não um círculo, mas sim momentos virtuosos especificamente revelados pela inclusão de milhares de famílias no consumo nacional aos se descolarem da linha de pobreza. Enquanto isso, o movimento dos setores exportadores nordestinos continuava revelando o de sempre: resultados de políticas de incentivo, resultados do crescimento da economia chinesa, resultados dos aumentos dos preços internacionais, resultados da demanda externa como um todo. Com uma crise mundial que inverte grande parte do conhecimento de fronteira em economia, principalmente quando se trata de concorrência e abertura, pergunta-se: e,

agora, o que fazer? O comércio exterior do Nordeste para onde vai? Sem consequências, dada a pouca importância para o comércio em nível mundial? Como se dará a adaptação à propagação da recessão técnica?

Tendo essas indagações como horizonte, objetiva-se, neste trabalho, apresentar uma síntese do movimento do comércio exterior da Região Nordeste do Brasil e, a partir dele, com o cenário dos limitantes de “recessões técnicas” em alguns dos principais países de destino, novamente traçar algumas sugestões de políticas. Tratar-se-á de um período relativamente longo, 1991 a 2008, dividido em duas fases: do início da abertura até o final dos anos 1990 e uma segunda, a partir do ano 2000. Além do significado da comparação entre duas décadas, essa periodização se explica por se poder captar a difícil e demorada inserção do Nordeste pós-abertura da economia brasileira, sua efetivação e principais resultados dessa inserção. No segundo período, a análise será direcionada mais precisamente para as características da demanda mundial, associando-as à capacidade de oferta da economia nordestina. Na seção final, aponta-se para algumas perspectivas.

2. Abertura comercial brasileira: acomodação e impactos nas transações externas nordestinas nos anos 1990

O perfil da estrutura produtiva brasileira e do comércio exterior do País sempre esteve relacionado à dificuldade estrutural de se realizarem superávits na balança comercial – daí ser comum na literatura econômica brasileira tratar das dificuldades do equilíbrio no balanço de pagamentos. Aliado a isso, o desempenho tecnológico das empresas brasileiras explica, em grande medida, o perfil da pauta de exportação. Constata-se forte concentração das exportações em produtos cuja intensidade em energia, em trabalho e em recursos naturais é expressiva, contrariamente ao verificado na pauta de importações, cujo volume maior incide em produtos que usam intensivamente insumos tecnológicos.

O comportamento do setor externo brasileiro está intrinsecamente ligado às políticas macro que determinaram o movimento do crescimento da indústria. Foi assim que a substituição de importações escolhida para programar o crescimento da indústria nacional impôs a própria estagnação do comércio externo. Portanto, mesmo antes da onda internacional para responder ao processo de “globalização”, as demais economias do mundo já se inseriam no comércio externo, daí a redução da participação das exportações brasileira no total mundial.

Essas características obviamente se reproduzem de forma muito mais forte na Região Nordeste. É assim que, ao se considerarem os gastos em P&D como proporção da produção e do valor adicionado em cada setor (OCDE, 2001), tem-se, como resultado de comércio, saldos comerciais sempre negativos relativos a produtos de *alta* intensidade tecnológica e positivos para produtos de *baixa* intensidade. De seu lado, a participação das importações de produtos de média alta intensidade tecnológica permaneceu estável ao longo do mesmo período (Tabela 1).

Tabela 1. Nordeste: saldo segundo intensidade tecnológica (1991-1999) (US\$ 1000)

Anos	Intensidade tecnológica				
	Alta	Média Alta	Média Baixa	Baixa	Sem Definição
1991	-18.126	23.750	561.613	705.756	-14
1992	-2.292	94.575	658.775	906.575	122
1993	-4.350	69.236	431.533	539.484	280
1994	-5.260	-99.320	585.536	507.674	-71
1995	-4.144	-123.268	256.092	486.143	-2.139
1996	-1.248	-279.902	-210.664	146.024	-1.785
1997	-25.236	-379.947	-449.114	550.631	-1.759
1998	-6.249	-469.059	-347.308	711.487	-1.137
1999	-22.052	-340.733	-395.217	545.606	-733,574

FONTE: Brasil, 2009. Elaboração própria.

De uma forma geral, também se constata que a competitividade da economia brasileira está assentada basicamente em produtos intermediários, em produtos originários do agronegócio ou em produtos com processo produtivo intensivo em mão de obra. No que se refere ao comércio exterior associado à atividade manufatureira, o Brasil, nos anos 1990, apresentou particularidade importante em relação ao resto do mundo: a participação das exportações dessa categoria de produtos aumentou de maneira significativa na pauta geral. Esse fato foi determinado pelo desempenho revelado fundamentalmente pelos setores *automobilístico* e de *aeronaves*. Já no Nordeste, as exportações de produtos industrializados perderam participação no mesmo período, com comportamento inverso para as importações (FONTENELE; MELO, 2005, p.64).

O processo de abertura ao comércio exterior iniciado nos anos 1990 provocou resultados diferenciados nas diversas regiões do País, e em cada estado em

particular. O ritmo e a intensidade desses impactos estão diretamente relacionados com as especificidades dos aparelhos produtivos locais e a forma de inserção internacional de cada espaço econômico. Na ausência de políticas regionais, a inserção se deu como resultado da trajetória do estado ou região e os efeitos acompanharam as decisões de iniciativas próprias dos vários estados da federação. Com a condução das principais variáveis macroeconômicas determinadas em nível nacional, os determinantes e os resultados da concorrência estavam quase sempre ligados às vantagens comparativas ou às políticas de atração de investimentos e frequentemente associadas às condições sistêmicas que, no Nordeste, apontavam para fatores espúrios de competitividade.

Apresentam-se a seguir os principais resultados registrados no período para a Região Nordeste.

O comércio

Por quaisquer das razões apontadas, o comércio exterior do Nordeste reagiu pouco ao processo de abertura comercial da economia brasileira na década de 1990. A participação relativa do comércio exterior nordestino no comércio exterior brasileiro, bem como do PIB nordestino no PIB brasileiro, não oscilou de maneira significativa. As exportações regionais corresponderam a 9% das exportações totais do Brasil em 1991, chegando a 7% no final do período; de seu lado, as compras externas apresentam a mesma proporção das duas pontas do período, ou seja, 7% (FONTENELE; MELO, 2005, p.50).

O saldo da balança comercial regional na referida década apresentou movimento declinante a partir de 1992, acompanhando a mesma tendência registrada pela balança brasileira. O Nordeste experimentou saldo negativo já em 1996, resultado este que se manteve até o final do período, apesar de ter havido movimento em direção à redução do déficit comercial em 1997. De fato, o saldo da balança comercial nordestina decresceu a ponto de reduzir sua participação no volume de comércio mundial da região em 70% no período 1991-1995, chegando em 1999 a -0,03 do total de exportações e importações. Na verdade, esse comportamento reflete também os resultados para o Brasil, cujo indicador decresceu de um valor de 0,20 em 1991 para -0,01 em 1999 (FONTENELE; MELO, 2005, p. 60 e 63). Essa fase da inserção externa se deu, então, via importações, refletindo a valorização da moeda local como um dos principais pilares da política de estabilização circunscrita no Plano Real.

Medindo o grau de abertura

O grau de abertura pode ser visualizado em dois formatos: pelo coeficiente de importação e pelo grau de abertura propriamente dito, ou seja, a participação do total do comércio exterior no Produto Interno Bruto.

O coeficiente de importação (m = participação das importações na oferta global) da Região Nordeste situou-se em torno de 50% do valor do mesmo coeficiente para o Brasil durante todo o período considerado. Isso pode ser evidenciado pela participação do Nordeste nas importações brasileiras da ordem de 7%, enquanto o PIB nordestino representava 15% do brasileiro, expondo um menor grau de abertura da economia nordestina relativo ao País quando está em foco a importação.

Quanto ao coeficiente de importação dos estados da Região, há que se destacar o comportamento do Ceará e do Maranhão, onde foram registrados aumentos de mais de 100% no indicador no período 1991-1999. Por outro lado, Alagoas apresentou redução considerável desse coeficiente. O Rio Grande do Norte revelou aumento significativo do coeficiente, mas suas importações, em 1999, representaram ainda apenas 0,5% da oferta global do estado, enquanto, para a região como um todo, nesse mesmo ano as importações já representavam 4% da oferta global regional (Tabela 2).

Tabela 2. Brasil, Nordeste e estados: coeficiente de importação (m) e grau de abertura (GA)

Estados	1991		1997		1999	
	M	GA	M	GA	M	GA
Alagoas	0,0230	0,0991	0,0185	0,0681	0,0152	0,0734
Bahia	0,0342	0,1003	0,0389	0,0886	0,0548	0,1204
Ceará	0,0168	0,0455	0,0312	0,0502	0,0465	0,0803
Maranhão	0,0382	0,1249	0,0354	0,1000	0,0714	0,2158
Paraíba	0,0137	0,0283	0,0190	0,0306	0,0261	0,0399
Pernambuco	0,0275	0,0591	0,0404	0,0598	0,0448	0,0638
Piauí	0,0026	0,0171	0,0177	0,0300	0,0045	0,0217
Rio G. do Norte	0,0016	0,0211	0,0156	0,0268	0,0179	0,0433
Sergipe	0,0066	0,0170	0,0213	0,0304	0,0288	0,0364
Nordeste	0,0244	0,0703	0,0318	0,0649	0,0438	0,0894
Brasil	0,0517	0,1364	0,0712	0,1439	0,0774	0,1658

FONTE: BRASIL, 2009. IBGE, 2009. FONTENELE; MELO, 2005. Elaboração própria.

A participação do comércio mundial nordestino no PIB da região nesse período apenas expunha o já esperado, ou seja, que o Nordeste era bem menos aberto que o País. A participação do comércio mundial no PIB (GA) nordestino situava-se em todo o período em torno de 50% do mesmo indicador para o Brasil. No entanto, havia forte variação do grau de abertura entre os estados. No período 1991-1999, o Maranhão e a Bahia apresentaram um GA bem superior ao da Região Nordeste. Deve-se salientar que para o Maranhão esse resultado era explicado por uma participação de 7% no PIB regional em 1999 enquanto suas exportações representaram, naquele ano, 17% das exportações da Região. Destaque também deve ser feito para a Bahia, que participava com 33% do PIB regional e com 47% das exportações e 41% das importações da Região. O PIB do estado de Alagoas representava 5% do PIB regional, 7% das exportações nordestinas e apenas 2% das importações.

Pernambuco e Ceará apresentaram crescimento desse indicador. O primeiro destacou-se com aumento de 8%, acréscimo de mais de 100% no valor de seu comércio mundial entre 1991-1999. Já para o Ceará, o GA situava-se abaixo do coeficiente para a região como um todo, mas apresentou um aumento de 76% no período citado, enquanto o seu comércio mundial dobrou de valor.

A taxa de cobertura das importações nordestinas

A taxa simples de cobertura das importações nordestinas (X/M), ao longo da década de 1990, apresentou redução de 48%, decorrendo de aumento das importações de cerca de 150% no período, enquanto as exportações expandiram-se em apenas 17%. Deve-se ressaltar, no entanto, que a taxa de cobertura das importações regionais quando relativa ao Brasil permaneceu estável nesse período, apresentando aumento em torno de 5%, com valor maior que a unidade em todo o período considerado (Tabela 3).

Ao se fazer uma análise em nível de cada estado, comportamentos bastante diferenciados são observados, expondo as próprias disparidades entre estes no que diz respeito à taxa de cobertura das importações relativa ao Nordeste (X_{est}/M_{est}):(X_{ne}/M_{ne}).

Dentre os estados da Região, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia apresentaram taxas de cobertura relativa ao Nordeste superior à unidade durante o período em questão; contudo, apenas os estados da Bahia e do Maranhão revelaram comportamentos estáveis no que se refere a esse indicador. É importante salientar que o Maranhão apresentou crescimento ano

a ano no período, totalizando 100%, enquanto o estado da Bahia exprimiu crescimento de 15% nesse intervalo de tempo.

Os estados do Piauí (3,1) e Rio Grande do Norte (6,7), que possuíam as maiores taxas de cobertura em 1991, apresentaram trajetórias completamente diferentes quando comparados a 1995. O primeiro mostrou trajetória vertiginosamente ascendente desse indicador, que cresceu em 3,5 vezes. O segundo expôs redução drástica (94,5%) entre 1991 e 1993, agravando-se, ainda mais, até 1995, com redução de 43% entre 1993 e 1995.

A taxa de cobertura relativa das importações para o estado de Alagoas cresceu de forma estável até 1994 (1,96) e aumentou 80% de 1994 para 1995, oscilando nos anos subsequentes.

Para Ceará, Paraíba e Pernambuco a taxa de cobertura relativa das importações foi inferior à unidade em 1995. Ceará e Pernambuco apresentaram redução de 27% e 37%, respectivamente, no valor desse indicador nos dois extremos da década, lembrando que o segundo possuía o menor indicador de taxa de cobertura relativa entre os estados da região em 1994. A Bahia estava em quarto lugar no *ranking* de TCM em 1999 e o Piauí em primeiro. Este resultado expressou a incapacidade de importação da economia piauiense e foi referendado pelo mais baixo coeficiente de importação da região (Tabela 3). Os estados que mais contribuíram positivamente para o saldo da balança comercial regional na década de 1990 foram Maranhão, Alagoas e Bahia.

Tabela 3. Taxa de cobertura das importações dos estados da Região Nordeste (1991-1999)

Estados	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alagoas	1,77	1,97	1,94	1,96	3,54	2,67	1,70	3,60	3,93
Bahia	1,01	1,16	1,34	1,43	1,16	1,22	1,37	1,24	1,89
Ceará	0,92	0,57	0,46	0,44	0,45	0,58	0,51	0,59	0,68
Maranhão	1,18	1,30	1,84	2,11	2,38	1,80	1,78	2,05	1,91
Paraíba	0,57	0,43	0,45	0,43	0,34	0,55	0,61	0,36	0,52
Pernambuco	0,60	0,63	0,48	0,42	0,55	0,44	0,46	0,41	0,38
Piauí	3,06	2,91	6,60	7,77	10,82	1,33	1,38	2,24	4,04
Rio G. Norte	6,67	2,95	3,18	1,89	1,92	0,74	1,01	1,17	1,44
Sergipe	0,87	1,40	0,48	5,99	0,77	0,40	0,43	0,30	0,24

Em resumo, esse conjunto de indicadores apenas mostra a tradicional posição dos estados no Nordeste. Bahia e Maranhão como tradicionais estados abertos ao exterior, expressão de seus aparelhos produtivos locais. Na Bahia, o polo petroquímico naturalmente comandou o comércio e o Maranhão como escoador (principalmente de minérios) e receptor da Região Norte. As importações da região como um todo dizem respeito a esses movimentos dos estados. Até uma taxa de cobertura mais alta (como para Piauí e Alagoas, por exemplo) ao invés de ser vista como um resultado positivo de comércio apenas expressa o pouco dinamismo dessas economias ou simplesmente seus graus de pobreza.

Participação do comércio mundial

As transações internacionais da Região Nordeste tiveram participação estável, entre 7% e 8%, no comércio mundial do Brasil, entre 1991 e 1999, referendando a estabilidade na participação do comércio mundial no PIB da região nesse período. Esse comportamento refletiu-se na maioria dos estados da região com exceção do Ceará, que apresentou aumento de 40%, e de Alagoas, que teve uma redução para a metade nesse indicador (Tabela 4).

A Bahia possuía, em 1999, a maior participação no comércio mundial dentre os estados do Nordeste, seguida do Maranhão, Pernambuco e Ceará. Vale salientar que esses quatro estados apresentaram também os maiores coeficientes de importação da região exatamente por se constituírem nos menos pobres desse conjunto com exceção do Maranhão, lembrando que Ceará e Pernambuco possuíam taxas de cobertura de suas importações menores que um. Analisando ainda esses três estados, evidencia-se que o indicador para a Bahia situava-se em torno de 45%, durante todo o período, enquanto o Ceará cresceu 40%, passando de 9,8% em 1991 para 13,7% em 1999. Já Pernambuco manteve esse indicador em 14,6% nas duas pontas do período.

O Maranhão detinha a segunda maior participação no comércio mundial do Nordeste em 1999. No entanto, esse valor (15%) representava 94% desse coeficiente para 1991 – mesmo assim, ainda matinha a posição no *ranking* de 1991 para 1999. Alagoas foi o quinto na ordenação aqui mostrada, do início ao fim do período.

Os demais estados (Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe) mantiveram as mesmas posições no decorrer do decênio, com exceção do último ano quando os dois primeiros alternaram a posição. Desse conjunto, destaca-se o estado de Sergipe, que ganhou 78%.

Tabela 4. Participação do comércio mundial dos estados no comércio mundial do Nordeste e do Nordeste no Brasil (1991-1999)

Estados	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alagoas	0,0805	0,0679	0,0634	0,0547	0,0743	0,0592	0,0622	0,0466	0,0413
Bahia	0,4535	0,4704	0,4332	0,4301	0,4240	0,4122	0,4511	0,4148	0,4432
Ceará	0,0978	0,1230	0,1333	0,1459	0,1293	0,1488	0,1347	0,1197	0,1373
Maranhão	0,1576	0,1307	0,1252	0,1281	0,1165	0,1368	0,1507	0,1186	0,1496
Paraíba	0,0249	0,0276	0,0345	0,0374	0,0385	0,0359	0,0393	0,0259	0,0278
Pernambuco	0,1457	0,1373	0,1646	0,1678	0,1876	0,1444	0,1638	0,1592	0,1455
Piauí	0,0107	0,0104	0,0142	0,0097	0,0093	0,0139	0,0144	0,0107	0,0090
RGN	0,0196	0,0190	0,0196	0,0199	0,0146	0,0245	0,0285	0,0237	0,0290
Sergipe	0,0097	0,0136	0,0120	0,0063	0,0060	0,0243	0,0214	0,0175	0,0173
Nordeste	0,0841	0,0779	0,0776	0,0774	0,0809	0,0792	0,0706	0,0690	0,0707

FONTE: BRASIL, 2009. Elaboração própria.

O desempenho revelado pelo comércio: especificidades estaduais

O comércio externo da Região Nordeste nos anos 1990 se caracterizou por uma pauta exportadora composta de produtos com forte especialização em relação ao País, situação essa que também se reflete no âmbito dos estados, no que se refere à Região. No período pós-abertura comercial vale salientar que o Nordeste revelou forte presença de setores exportadores que já eram tradicionais na pauta. Em 1997, a pauta exportadora regional tinha como setores de maior peso os de alumínio, açúcares, produtos químicos orgânicos, ferro fundido e frutas que, juntos, totalizam cerca de 50% do valor total das vendas externas.

Os setores que se destacaram por sua participação na pauta regional ou pelo crescimento de suas exportações no período foram responsáveis por mais de 90% das exportações nordestinas. No entanto, sua importância bem como sua incidência variou de acordo com os estados da Região. A especificidade regional era tão forte que bastava observar que alguns desses setores estavam presentes na maioria dos estados, como por exemplo: frutos comestíveis, casca de frutas etc. (em oito Estados); peles e couros, gorduras, óleos e ceras (em sete); têxteis metalizados, preparados de legumes, hortaliças e frutas (em seis); produtos químicos orgânicos, açúcares e produtos de confeitaria, matérias plásticas artificiais etc., peixes, crustáceos e moluscos (em cinco estados).

Tudo levaria a crer na possibilidade de políticas de coordenação regional. Apontava-se, então, como possível o que não aconteceu: políticas de cunho regional para esses setores e liberdade aos estados para suas próprias especificidades de produto.

3. A Região Nordeste diante da expansão do comércio externo brasileiro nos anos 2000: o poder dos destinos

O bom desempenho das economias emergentes nos últimos anos esteve atrelado, em grande parte, ao ambiente internacional extremamente favorável. O crescimento mundial adicionado ao aumento dos preços das *commodities* refletiu em aumento da demanda por exportações dos países em desenvolvimento.

O saldo positivo da balança comercial brasileira apresentou trajetória ascendente desde 2001. O Brasil registrou até 2008, sobretudo no que se refere às exportações, trajetória ascendente no volume de comércio externo – as vendas ao exterior cresceram anualmente 22%, porcentagem muito acima da média mundial. De seu lado, as importações brasileiras aumentaram anualmente 25% nesse período, fazendo com que o volume de comércio brasileiro chegasse a registrar níveis históricos no ano de 2008.

Nesse contexto, o saldo da balança comercial do Nordeste, no período 2000-2003, acompanhava, em certa medida, o movimento verificado para o País, ou seja, havia ocorrência de valores negativos a partir da segunda metade da década de 1990 que, no entanto, se conservaram até 2002. No entanto, esse déficit oscilou bastante e, em 2003, o resultado da balança regional passou a ser positivo, superando 8% aquele do início do período. Essa mudança de trajetória do saldo era explicada em parte pelo aumento das exportações do conjunto dos produtos (básicos e industrializados) e pela diminuição, nos dois últimos anos, da participação das importações de produtos industrializados (maior valor agregado).

As vendas externas regionais são compostas essencialmente de bens produzidos sob condições de *baixa* e *média baixa* intensidade tecnológica que corresponderam a cerca de 80% do valor exportado pela região em 2008, com maior crescimento da participação dos segmentos de *média baixa* e *baixa* intensidade tecnológica entre 2002 e 2008. Sem dúvida, o resultado da balança comercial da região tem sido sustentado, ao longo do tempo, pelos setores enquadrados nessas categorias. Em 2008, o saldo para a categoria classificada como *baixa intensidade* ficou em quase US\$ 5 bilhões e foi o único resultado positivo.

Os produtos exportados e classificados como de média alta intensidade registrados nas exportações são aqueles oriundos essencialmente da indústria química e da indústria de máquinas e equipamentos elétricos, os quais foram vendidos, sobretudo, pelos estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas (Tabela 5).

Tabela 5. Nordeste: saldo da balança comercial segundo intensidade tecnológica (US\$ 1000)

Anos	Intensidade Tecnológica				
	Alta	Média Alta	Média Baixa	Baixa	Sem Definição
2000	-4.409	-651.014	-936.145	750.112	-779
2001	-15.666	-1.322.577	-963.129	1.283.534	-591
2002	-20.586	-1.075.371	-357.741	1.409.195	-818
2003	-7.222	-498.237	152.485	2.095.450	-720
2004	-9.869	-465.397	308.335	2.619.216	-400
2005	-19.222	-213.025	772.368	3.587.227	-1.811
2006	-23.197	-710.206	255.893	3.068.823	-1.558
2007	-24.295	-1.932.416	-300.176	3.379.700	-3.276
2008	-52.533	-3.132.784	-2.162.999	4.832.617	-2.812

FONTE: Brasil, 2009. Elaboração própria.

A qualificação da balança comercial externa regional também pode ser expressa por meio das transações de compra e venda pela ótica do fator agregado. A partir de 2003, a participação das exportações de produtos básicos cresceu em detrimento dos produtos industrializados, os quais, por sua vez, registraram maior peso, ainda que não de forma significativa, para os produtos manufaturados. As importações de básicos, que evidenciaram ganho de até 10 pontos percentuais em 2004 em relação a 2002, no ano seguinte voltaram a patamares anteriores. Para os produtos industrializados a parcela maior continuou sendo de manufaturados, que fundamentalmente foram os responsáveis pelos movimentos ocorridos nas parcelas dos industrializados tanto na pauta exportadora como na importadora, na qual o peso foi ainda mais significativo.

As vendas de produtos básicos, a partir de 2003, cresceram mais que proporcionalmente a de produtos manufaturados para a Região Nordeste. Para o País, no que se refere ao fator agregado, a composição da pauta conserva a mesma proporcionalidade expressa nos anos imediatamente anteriores (BRASIL, 2009).

O comércio

Observando-se a participação das exportações dos estados no valor total da Região Nordeste tinha-se, em 2008, a seguinte sequência: Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Sergipe. Grupos distintos podem ser evidenciados: o primeiro composto por aqueles cuja participação não ultrapassava 3%, que são Rio Grande do Norte (2,2%), Paraíba (1,5%), Piauí (0,09%) e Sergipe (0,07%); o segundo grupo reúne os estados com participação de 5 a 10%: Alagoas (5,7%), Pernambuco (6,0%) e Ceará (8,3%); seguidos do Maranhão (18,1%) e, por último, sozinho, e muito distante dos outros, a Bahia, com participação de 56% do total das exportações regionais. Destaque-se aqui a troca de posição do Maranhão com o Ceará no decorrer da década.

A Bahia continuou dominando, nos anos 2000, as vendas e as compras no exterior da Região Nordeste. No entanto, comparados ao Brasil, esses índices não passavam, em 2008, de 5% do movimento nacional. Entre 2000 e 2008, a parcela desse estado nas exportações regionais cresceu 17% e nas importações, decresceu 12%.

A participação das importações estaduais nas importações regionais estava claramente associada ao comportamento das respectivas economias de cada unidade da federação. Estados economicamente menos dinâmicos sofreram quedas dessa parcela no período 2000-2003: Alagoas (17%) e Piauí (27%). Os dois já representavam pouco em relação ao conjunto regional desde a década anterior e vêm reduzindo drasticamente suas compras no exterior em comparação com os outros estados.

Pernambuco e Ceará reduziram suas participações nas importações ano a ano. O primeiro decresceu no período e, em 2008, apresentou um valor 20% mais baixo que o início do período; o segundo registrou redução, em 2008, na ordem de 35% comparada a 2000.

Maranhão é, sem dúvida, o destaque nesse indicador de compras externas. Esse estado foi o único que evidenciou aumento relativo das importações no período: saiu de 10% no início para 26% no final. Na década anterior, o Maranhão já vinha se tornando cada vez mais relevante nas importações regionais (BRASIL, 2009).

O comércio exterior da Região Nordeste, no período 2003-2008, apresentou dinâmica muito mais forte em relação aos anos iniciais da série, sobretudo no que se refere às exportações. As vendas regionais ao exterior no triênio 2003-2005 aumentaram cerca de 30% ao ano, porcentual muito acima do que vinha sendo registrado. As importações tomaram maior impulso a partir de 2004, quando

criaram em média 30% ao ano, até 2008. Como resultado, o saldo da balança comercial negativo, desde 1996, tornou-se positivo com trajetória ascendente a partir de 2003.

Informações para o ano de 2003 mostram saldos positivos para sete dos nove estados nordestinos e apenas Pernambuco e Sergipe ainda registraram saldos negativos. Nesse ano, dentre aqueles com superávit comercial, a Bahia novamente se destacou pela geração de 60% de contribuição positiva, enquanto Pernambuco foi responsável por 87% da geração negativa do resultado. Em 2008, apenas quatro estados apresentaram saldo positivo na balança comercial: Alagoas, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte – os demais voltaram a registrar déficits (BRASIL, 2009).

Esses resultados quantitativos revelam, em uma primeira aproximação, que a região participou de maneira decisiva para a dinâmica recente das vendas nacionais que, em 2005, registraram resultados jamais alcançados. Com efeito, o Nordeste contribuiu com 10% para o aumento das exportações brasileiras entre 2002 e 2005. No entanto, em 2006 e 2007, o crescimento das exportações foi menos proporcional que o das importações e o saldo da balança se retraiu ainda mais, comparativamente aos anos imediatamente anteriores – no último ano, o saldo voltou a ser negativo.

Medindo o grau de abertura

Pela observação do grau de abertura ao comércio exterior dos estados nordestinos confirma-se que nos anos 2000 a região reafirma-se, como tradicionalmente, bem menos aberta que o País como um todo. A participação do comércio mundial nordestino no PIB regional situava-se em torno de 60% do mesmo indicador para o Brasil em 2000 e, em um processo de convergência, chega, em 2006, a 74% do brasileiro (Tabela 6). Constata-se, em 2008, forte variação do grau de abertura entre os estados (maior valor para o MA = 0,2886 e menor valor para o PI = 0,0139, com média para os estados = 0,1135 e desvio padrão = 0,1060).

Nos anos de 2000 e 2006, Maranhão e Bahia registraram abertura bem superior à da região como um todo. Deve-se salientar que no caso do Maranhão esse resultado é explicado por uma participação de 9% no PIB regional em 2006, enquanto suas exportações representaram naquele ano 15% das exportações da região. Destaque também deve ser feito para o estado da Bahia, que participava com 31% do PIB regional, 58% das exportações e 50% das importações regionais. Esses dois estados tradicionalmente têm revelado caráter

exportador bem mais forte que os demais. Já no que se refere ao coeficiente de importação (m), a diferença entre os estados acentuou-se ainda mais nos anos 2000. Novamente, o Maranhão apresentava o maior coeficiente (0,1265) e o Piauí despontava, mais uma vez, como o estado menos aberto ($m = 0,0050$, quando, em 2006, a média entre os estados era de 0,0438 com desvio padrão de 0,0408 enquanto, em 1991, a média era de 0,0182 e desvio padrão de 0,0134). O comportamento do coeficiente de importação do Maranhão deveu-se à natureza do principal produto exportado pelo estado, que requer alto nível relativo de importação, o que reforçou o elevado grau de abertura já exposto.

Tabela 6. Nordeste: coeficiente de importação e grau de abertura dos estados

Estados	2000		2006	
	M	GA	M	GA
Alagoas	0,0166	0,0753	0,0165	0,1224
Bahia	0,0789	0,1595	0,1002	0,2799
Ceará	0,0594	0,1067	0,0539	0,1069
Maranhão	0,0881	0,2474	0,1265	0,2886
Paraíba	0,0289	0,0451	0,0200	0,0456
Pernambuco	0,0557	0,0768	0,0425	0,0782
Piauí	0,0054	0,0272	0,0050	0,0139
Rio G. do Norte	0,0137	0,0433	0,0150	0,0587
Sergipe	0,0283	0,0384	0,0147	0,0275
Nordeste	0,0574	0,1120	0,0643	0,1584
Brasil	0,0848	0,1843	0,0786	0,2135

Fonte: BRASIL, 2009. Elaboração própria.

Nota: PIB em US\$ calculado pela taxa de câmbio média do período.

Último dado disponível é para o ano de 2006.

A taxa de cobertura das importações

Quanto à taxa simples de cobertura das importações nordestinas ao longo do período (2000-2008), observa-se um incremento de 70% em 2003, explicitando um aumento das exportações além do observado para as importações, para se reduzir em 2008 com o impulso das compras externas observados nos últimos anos. Vale ainda ressaltar que a taxa de cobertura regional das importações relativa ao Brasil decresceu 16%, saindo de um valor maior que a unidade até o ano de 1997 para 0,94 em 2003, reduzindo ainda mais em 2008. Ao longo da década,

os estados mostraram comportamentos variados e oscilantes desse indicador, sendo que no final do período a maioria apresentou redução entre 2003 e 2008.

Ao se examinar a taxa de cobertura das importações relativa ao Nordeste, verifica-se que alguns estados mostraram ganhos positivos significativos quando comparados aos dados regionais entre 2000 e 2003, acompanhando a trajetória regional relativa ao País, e reduziram em seguida, quando as compras estaduais cresceram em ritmo mais acelerado que as vendas da Região. Bahia, Pernambuco e Sergipe seguraram, em certa medida, os valores iniciais.

Participação do comércio mundial

Como consequência do comportamento dos indicadores acima, a participação do comércio mundial nordestino no comércio mundial brasileiro (MS) permaneceu estável, em torno de 8%, durante todo o período analisado. Obviamente, a Bahia detinha a maior participação no comércio mundial da Região, seguida do Maranhão, Pernambuco e Ceará. As taxas de cobertura relativa à Região Nordeste continuaram maiores que a unidade nos anos 2000 para os estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí, apesar de certa instabilidade no decorrer da década. O Maranhão, que vinha apresentando crescimento desse indicador no decênio anterior, reduz a menos da metade entre 2000 e 2008; as importações desse estado cresceram muito mais proporcionalmente que as regionais.

Tabela 7. Nordeste: *market share* e taxas de cobertura dos estados

Estados	MS			TCM		
	2000	2003	2008	2000	2003	2008
Alagoas	0,0328	0,0393	0,0351	4,1179	5,2650	4,1337
Bahia	0,4754	0,4976	0,4877	1,0287	1,1946	1,3604
Ceará	0,1378	0,1250	0,0910	0,8185	0,9926	0,8338
Maranhão	0,1413	0,1346	0,2226	1,8532	0,7886	0,7035
Paraíba	0,0259	0,0220	0,0200	0,6128	1,9572	0,5847
Pernambuco	0,1386	0,1159	0,1090	0,3600	0,3637	0,3877
Piauí	0,0090	0,0066	0,0067	4,7240	4,0207	1,9437
Rio Grande do Norte	0,0249	0,0460	0,0178	2,5264	1,2992	1,7095
Sergipe	0,0141	0,0131	0,0101	0,3741	0,2818	0,5591
Nordeste	0,0793	0,0858	0,0840	0,8541	0,9361	0,8598

O desempenho revelado pelo comércio: a força dos destinos

O crescimento das exportações nordestinas, nos últimos anos, foi registrado na maioria dos setores. Estes setores estavam entre os mais representativos da pauta regional. Ressaltam-se seis que tiveram incrementos significativos de suas participações nos últimos sete anos: sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc. (cresceu 180% a participação de suas vendas ao exterior entre 2002 e 2008); pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc. (140%); cobre e suas obras (80%); veículos, automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios (60%); ferro fundido, ferro e aço (50%) e, por fim, o setor de minérios escórias e cinzas que saiu de participação insignificante em 2002 e atingiu 4% em 2008, mais de cem vezes a registrada em 2002.

Do conjunto dos setores que compunham 90% do valor total da pauta exportadora regional em 2008, dois dos que registraram redução de suas parcelas nas vendas regionais nos anos 2000 podem ser destacados, tendo em conta que eram tradicionais na pauta das vendas regionais: alumínio e suas obras (4%) e peixes (1%). Esses setores já vinham registrando trajetória descendente na parcela relativa desde a década precedente.

Setorialmente, as vendas externas nordestinas ainda continuam bastante concentradas nos anos 2000. Essa concentração pode ser corroborada por intermédio do indicador que evidencia a participação dos setores no conjunto da pauta regional: 23 setores correspondiam a 90% do valor total da pauta exportadora nordestina no ano de 2008. Neste ano, apenas sete setores responderam por 50% das vendas: combustíveis minerais, óleos minerais etc., ceras minerais; pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas; ferro fundido, ferro e aço; produtos químicos orgânicos; açúcares e produtos de confeitaria; sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc.; e cobre e suas obras. O segundo, terceiro, sexto e sétimo, em 2002, passaram a ter participações nas vendas externas regionais bem menores que em 2008. Constatam-se várias mudanças de posições relativas dos setores entre 2002 e 2008. Este fato está associado, sem dúvida, à expansão da demanda chinesa ocorrida no período, na medida em que cinco dos principais setores citados acima correspondem a mais de 90% das compras efetuadas pela China na Região Nordeste. Os estados da Bahia e do Maranhão têm se beneficiado da expansão do comércio com esse país e do aumento de preços dos produtos desses setores – dos quais são os principais exportadores – no mercado mundial em 2007 e primeira metade de 2008 (Tabela 8).

Tabela 8. Nordeste (2002-2008): principais setores exportadores de 2008 (participação)

NCM Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
27 Combustíveis minerais, óleos minerais etc. Ceras minerais	0,0964	0,1164	0,1052	0,1436	0,0980	0,0773	0,0892
47 Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc.	0,0369	0,0324	0,0266	0,0345	0,0541	0,0596	0,0883
72 Ferro fundido, ferro e aço	0,0484	0,0445	0,0641	0,0657	0,0568	0,0564	0,0726
29 Produtos químicos orgânicos	0,1114	0,1022	0,0902	0,0788	0,0801	0,0906	0,0678
17 Açúcares e produtos de confeitaria	0,0782	0,0663	0,0606	0,0600	0,0675	0,0524	0,0627
12 Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc.	0,0221	0,0249	0,0395	0,0372	0,0292	0,0338	0,0607
74 Cobre e suas obras	0,0321	0,0198	0,0280	0,0348	0,0717	0,0713	0,0578
8 Frutas, cascas de cítricos e de melões	0,0542	0,0609	0,0501	0,0479	0,0470	0,0537	0,0468
26 Minérios, escórias e cinzas	0,0004	0,0113	0,0293	0,0334	0,0222	0,0355	0,0444
76 Alumínio e suas obras	0,0767	0,0557	0,0480	0,0350	0,0528	0,0557	0,0443
87 Veículos automóbiles, tratores etc. Suas partes/ acessórios	0,0265	0,0666	0,0808	0,0843	0,0803	0,0591	0,0431
64 Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	0,0330	0,0381	0,0352	0,0289	0,0308	0,0349	0,0351
39 Plásticos e suas obras	0,0250	0,0273	0,0284	0,0324	0,0352	0,0360	0,0205
23 Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares etc.	0,0215	0,0214	0,0275	0,0194	0,0136	0,0166	0,0196
41 Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	0,0274	0,0257	0,0248	0,0192	0,0209	0,0211	0,0196
40 Borracha e suas obras	0,0014	0,0031	0,0038	0,0093	0,0119	0,0226	0,0190
52 Algodão	0,0235	0,0284	0,0272	0,0240	0,0231	0,0224	0,0182
18 Cacau e suas preparações	0,0291	0,0350	0,0243	0,0214	0,0182	0,0172	0,0170
99 Transações especiais	0,0126	0,0094	0,0099	0,0122	0,0113	0,0135	0,0159
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0,0105	0,0112	0,0161	0,0164	0,0166	0,0163	0,0157
71 Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas etc.	0,0160	0,0102	0,0084	0,0094	0,0148	0,0120	0,0142
28 Produtos químicos inorgânicos etc.	0,0173	0,0146	0,0160	0,0159	0,0161	0,0136	0,0139
48 Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel etc.	0,0125	0,0110	0,0087	0,0073	0,0078	0,0093	0,0092
3 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	0,0533	0,0502	0,0370	0,0250	0,0188	0,0131	0,0092
Total	0,8664	0,8869	0,8897	0,8962	0,8986	0,8939	0,9050

FONTES: BRASIL, 2009. Elaboração própria.

O crescimento do valor das exportações nordestinas em 2008 foi influenciado pelo aumento dos preços das *commodities* até a primeira metade do ano tal qual ocorreu nos dois anos anteriores. O aumento do preço do petróleo puxou

fortemente o crescimento das exportações de combustíveis realizadas pela Bahia. Os preços das *commodities*, como a soja, sofreram elevação até a metade do ano com a especulação dos preços nos mercados futuros. Nesse ano, o destino das vendas de maior destaque foi a Ásia, notadamente a China (Iedi, 2009).

O comportamento favorável dos mercados internacionais, de novo a China, impulsionou, sem dúvida, as vendas nos segmentos próximos à agropecuária e à extração mineral, tão importantes na pauta regional.

Nesse contexto, as trocas comerciais da Região Nordeste com a China também tomaram impulso no período recente e foram responsáveis por grande parte do crescimento da corrente de comércio regional com o mundo. De fato, a partir de 2003, as vendas externas nordestinas para a China cresceram, em média, 68% ao ano e as compras registraram crescimento médio anual de 64%. A participação desse destino no comércio externo nordestino vem aumentando ano após ano com importância cada vez maior dessas transações para a dinâmica das trocas externas da região (Tabela 9).

Em 2008, a participação tanto das vendas como das compras externas nordestinas transacionadas com a China foi quatro e cinco vezes maior, respectivamente, comparada àquela registrada em 2002. Dessa forma, a China passou a ocupar, em 2008, a quarta posição no *ranking* dos principais compradores da região em trajetória ascendente, chegando a representar 7% do valor total das vendas ao exterior no último ano.

Tabela 9. Nordeste: participação da China no comércio internacional (US\$) (2002-2008)

Anos	Exportações	Importações	Saldo	XNeChi/XNeMun(%)	MNeChi/MNeMun(%)
2002	78.888.572	75.701.235	3.187.337	1,69	1,62
2003	139.035.153	101.213.315	37.821.838	2,27	2,34
2004	207.147.366	208.126.039	-978.673	2,58	3,78
2005	482.866.522	287.363.579	195.502.943	4,57	4,56
2006	590.995.577	485.534.113	105.461.464	5,08	5,48
2007	937.624.381	860.049.389	77.574.992	7,16	7,29
2008	1.138.003.276	1.351.112.791	-213.109.515	7,36	8,59

FONTE: Brasil, 2009. Elaboração própria.

A Região Nordeste respondeu, em 2008, por 9% das vendas externas realizadas pelo Brasil para esse destino, parcela próxima daquela registrada para

as vendas externas totais regionais (8%). Constatou-se forte concentração em dois estados, ou seja, Bahia e Maranhão, que responderam, em 2008, por 94% do valor total das exportações do Nordeste para a China. Vale ressaltar que esses estados são importantes produtores de *commodities*, setores com forte expansão da demanda chinesa nos últimos anos. Por seu lado, as compras oriundas da China estavam concentradas em quatro estados: Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba, que responderam por 89% do valor total das importações de produtos chineses pelo Nordeste. Na região, os três primeiros foram os que apresentaram economias mais dinâmicas na produção e no consumo, o que justifica essa participação.

No ano de 2008, 23 setores foram responsáveis por 89% das exportações nordestinas, uma pauta concentrada. A forte especialidade dos estados fica visível assim como o domínio do comércio exterior na região. A Bahia foi o principal estado exportador de 12 desses setores e em 11 responde por mais de 70% do total exportado pelo Nordeste, além de ser o único estado da região a exportar pastas de madeira, cobre e cacau. A seguir, o Maranhão, principal exportador de quatro desses setores principais, foi praticamente o único exportador de minérios (97%) e alumínio (97%). Os demais estados que se destacam dentro da região expõem suas políticas e, novamente, suas especificidades locais. Ceará e Rio Grande do Norte foram responsáveis pela exportação do setor de peixes e crustáceos, que apresentou forte declínio na década pela retração violenta da venda de lagostas. O Ceará ainda desponta nos setores de calçados e peles e couros, resultado da política de anos anteriores baseada essencialmente na atração de investimentos. Pernambuco se reafirma como principal exportador de frutas e Alagoas, de açúcares (BRASIL, 2009).

Vale observar a pouca ou quase nenhuma mudança nos limites fortes para a inserção internacional da economia nordestina no período. Dada a pequena importância do seu comércio externo, aliada ao fraco dinamismo da região, qualquer política ou ação de parceiros afeta fortemente a posição dos setores na ordenação dos principais. Os limites são sempre postos por fatores além da região. Pode-se observar, por exemplo, que a demanda chinesa impulsionada por fortes taxas de crescimento daquele país o torna principal destino e é exatamente essa demanda que faz com que o setor de pastas de madeira venha a ser o segundo setor em exportação no ano de 2008. O domínio americano, como principal destino dos principais produtos de exportação, deixa também o Nordeste, muito mais que o Brasil, pesadamente dependente do movimento da

demanda mundial. Isso, aliado à fragilidade de sua economia e às características de sua competitividade, pode vir a desencorajar em grau bem maior um provável estímulo em épocas de aumento da demanda mundial se este estímulo não se mostrar verdadeiramente sólido pelas expectativas – isto é, o poder da demanda pode se reverter no contrário tendo em vista as experiências recentes de prováveis frustrações.

Ao se tratar dos países da América Latina, apenas a Argentina se mostra como principal destino dos setores exportadores mais importantes da pauta do Nordeste. Esse país divide com Venezuela e México as compras de veículos exportados pela Bahia. Observa-se aqui também que esse fato é fruto da política de incentivo baiana que atraiu a Ford para o estado via guerra fiscal. Em épocas de crescimento e otimismo, a implementação desse tipo de política se torna bem mais viável; no entanto, pode não se sustentar em épocas de recessão e retração da demanda. Neste momento, o reforço federal com a redução do IPI aparece como medida compensatória dos efeitos maléficos da crise (BRASIL, 2009).

De um modo geral, a “dança” na posição dos setores é visível. E a força dos destinos é facilmente detectada ao se perceber que o setor de minérios ocupava, na pauta de 2002, a 58ª posição na pauta exportadora regional e em 2008, veio para a nona! Os demais, com exceção de bebidas, já configuravam entre os 23 principais de 2002. Deve-se lembrar que a China comprou, em 2008, 43% do valor total de minério exportado pela região e expedido quase exclusivamente pelo Maranhão (97%).

4. Cenário atual e perspectivas: a crise internacional, o rebatimento no comércio regional e algumas notas conclusivas

No último trimestre de 2008, o comércio exterior brasileiro começou a dar sinais de reflexo do aprofundamento da crise financeira internacional. Houve retração nas vendas, nas compras e no saldo da balança comercial. A análise mais comum é que:

“(...) os efeitos negativos sobre as exportações causados pela redução dos preços das *commodities* e menor demanda externa se sobrepuseram aos possíveis efeitos positivos da desvalorização da moeda nacional. Ao passo que no caso das compras externas a combinação de desvalorização e queda de preços e da demanda interna por bens engendrou a diminuição relativa das importações no último trimestre”. (IEDI, 2009, p. 25)

De fato, as vendas externas, nesse período, corresponderam ao pior resultado desde 2003; as compras, de seu lado, aumentaram em relação ao último trimestre de 2007 e o saldo recuou aos níveis de 2002.

Os resultados do comércio exterior brasileiro, no último trimestre de 2008, foram piores do que os obtidos ao longo do ano. A concentração do saldo comercial e das exportações em setores pouco ou não industrializados, com baixa agregação de valor e baixo conteúdo tecnológico, se traduz em risco não só para o comércio externo como também para a estrutura industrial do País. A crise financeira intensificou a redução do saldo comercial, cujo processo teve início em 2007, lembrando também que este fato é corroborado pela ausência de política que fomentasse a exportação de produtos industrializados. Nesse sentido, no contexto de incertezas e retração da demanda, há necessidade de políticas que incluam taxas de câmbio competitivas, políticas industriais e de incentivo à inovação, assim como geração de condições sistêmicas favoráveis às transações externas (IEDI, 2009).

Na Região Nordeste, os impactos da crise não foram diferentes e, no último trimestre de 2008, o comércio externo regional já mostrou os primeiros sinais de reação. As vendas externas reduziram mês a mês, se comparadas com o mesmo período do ano anterior. Nesse período, a maioria dos setores ainda se beneficiava da expansão da demanda e da desvalorização do real, compensando a queda dos preços. No trimestre seguinte, em 2009, a retração das exportações foi ainda mais forte em comparação com o equivalente período de 2008. Nesse momento, setorialmente, o movimento se deu essencialmente pelo encolhimento de grande parte dos principais segmentos exportadores, o que exprime nitidamente a retração da demanda dos parceiros mais importantes. Outros poucos setores tiveram acrescidas quantidades exportadas e o valor total na mesma comparação do período, como sementes e frutos oleaginosos (no caso, a soja), que, apesar da queda dos preços internacionais, a expansão da demanda mundial mais que compensou os impactos negativos de outras variáveis.

Assim, após o aparente e inexplicável “susto” da crise mundial já se pode detectar algumas das previstas reações sobre o já pequeno comércio exterior nordestino. Para tal, reproduz-se o movimento recente das exportações para comparação, inicialmente, do último trimestre de 2008 (out/nov/dez) com o mesmo período do ano anterior (2007) e, em seguida, uma outra, que mostra o comportamento do primeiro trimestre (jan/fev/mar) de 2009 comparado ao mesmo período de 2008 (BRASIL, 2009).

Para a região, inicialmente a reação foi bem menor que a ocorrida para o Brasil. Obviamente isso se deve às características dos produtos exportados pelos estados nordestinos e o forte peso dos produtos básicos na pauta ainda relativamente maior do que a do País. A comparação com o início do ano indica uma queda permanente já com alguma recuperação para o mês de março e, novamente, com uma reação nordestina bem menor. O impacto inicial também exprime a importância das exportações de combustíveis e sua reação negativa à queda do preço do petróleo. O grau de exposição da pauta exportadora nordestina pode ser claramente apreendido ao se olhar a forte especialização em nível de estados, de setores e de destinos. Os sete principais setores respondem por 50% da pauta nordestina e, com exceção de apenas um deles (açúcares), a Bahia ou é o principal estado ou o único exportador, tendo EUA e China como principais destinos!

Como já afirmado, as pautas de exportação dos estados nordestinos revelam simplesmente suas especificidades sejam estas “naturais” (recursos naturais), consequências de sua própria pobreza (mão de obra barata) ou criadas via política pública (atração de empresas). Sendo assim, qualquer estímulo – oriundo de preço internacional, de demanda ou de incentivo fiscal que venha a alavancar as vendas para o setor externo – resulta forçosamente em uma mudança de importância dos setores ou mesmo em uma queda da concentração. Esse resultado sempre revela a fragilidade de nações (ou estados) pobres, pouco competitivas internacionalmente. Dessa forma é que a demanda chinesa mudou o cenário do setor exportador da região nos últimos anos e é, também, por isso que o comportamento da economia americana é tão determinante para o dinamismo do setor exportador da região. Esse comportamento com fortes oscilações é uma característica das exportações do Nordeste na maioria dos grandes períodos: é assim que anos de forte crescimento podem ser sucedidos por pequenos aumentos ou declínio das vendas ao exterior.

Interessante observar o grau de fragilidade do Nordeste no que diz respeito ao seu comércio exterior. Essa fragilidade praticamente impossibilita a descrição de prováveis cenários. Pode-se ilustrar com algumas conclusões de estudos bem recentes. As razões para o baixo dinamismo são claramente diagnosticadas e as sugestões de políticas quase sempre objetivam reverter as limitações apontadas. Algumas tratando do grau de concentração – fator forte de fragilidade da pauta (como diversificar a pauta? Como conquistar novos destinos?) –, outras da reação do Nordeste diante da política nacional de determinação de variáveis

(como taxa de juros e de câmbio), que estabelecem inclusive as condições de financiamento; e parte sugerindo a articulação dos diversos atores, agentes públicos e privados, para ações de melhoria da competitividade, mas, o mais importante, seria ainda a coordenação de políticas regionais que possibilitassem aos estados a articulação necessária, evitando as guerras consubstanciadas nas atrações de investimento que no final resultam em mais fragilidades.

Não se pode esquecer que o processo de abertura já ocorrido impôs decisões estratégicas de sobrevivência de setores expostos à concorrência internacional. E, também, se sabe que o referido processo se deu praticamente sem quaisquer articulações nacionais que, de alguma forma, permitissem alguma proteção da estrutura produtiva, o que impôs um processo de reestruturação aberto num movimento do “salve-se quem puder” do momento globalizado. Como consequência, as atividades produtivas passaram por um movimento forte de realocização quase inevitável, ainda incompleto e agora exposto aos efeitos da crise, da recessão técnica, da falta de crescimento.

A partir das especificidades locais desenhadas pela natureza, pela pobreza ou por políticas de desenvolvimento decorrentes de planejamentos bem anteriores (polo da Bahia, por exemplo), tudo leva a crer que as mudanças mais recentes respondem sempre a adaptações, sejam elas estimuladas por políticas de atração de empresas num rearranjo das próprias especificidades, sejam por reações aos movimentos das variáveis macroeconômicas ou pelo aquecimento da demanda, trazendo novos destinos que reforçam as velhas e tradicionais vantagens comparativas de uma região formada por estados pouco dinâmicos.

Dessa forma, as sugestões ainda são as mesmas, ou seja, tornar as economias estaduais mais competitivas; o câmbio “adequado” às exportações; ampliar e modernizar a infraestrutura; criar novos instrumentos de políticas nos vários níveis – tecnológico e comercial de vasto espectro; avançar nas áreas sociais determinantes da competitividade no longo prazo pelas condições de educação e saúde, etc. Mas, como implementá-las? Sem articulações de políticas públicas realmente reestrurantes, impossível.

Referências

Livros

AMARAL FILHO, J.; MELO, M.C.P.; FAURE, Y. Une région périphérique dans un pays émergent : le cas du Nord-est brésilien. *In: L'émergence: des trajectoires aux concepts. Annales*. Bordeaux: GRETHA/Université Montesquieu Bordeaux IV, 2008.

FONTENELE, A.M.; MELO, M.C.P. *Competitividade e potencial de expansão dos setores exportadores dos estados nordestinos*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

_____. *Desempenho externo recente da Região Nordeste do Brasil: uma avaliação da competitividade e potencialidades de expansão dos setores exportadores estaduais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

Periódicos

FONSECA, R.G.; MARCONINI, M. Desempenho e política comercial. *RBCE*. Rio de Janeiro: Funcex, ano 20, nº. 87, p. 4-9, abr-jun, 2006.

FONTENELE, A.M.; MELO, M.C.P.; DANTAS, A.L.A. Inserção internacional da Região Nordeste do Brasil. Reações às políticas de incentivos e transformações recentes. *REN*, vol.32, nº. 3, p.366-387, jul-set 2001. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. Nordeste do Brasil: uma análise sob a ótica do dinamismo da demanda mundial e especificidades da pauta regional. *RBCE*, ano 17, vol.17, nº. 1, p. 42-45, jan-mar 2003. Rio de Janeiro: Funcex.

FUNCEX. Fundação de Comércio Exterior. O Brasil e a crise internacional. *RBCE*, ano 22, nº. 97, p. 42-55, out-dez 2008. Rio de Janeiro.

GALVÃO, O. 45 Anos de comércio exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004. *REN*, vol.38, nº.1, p. 4-31, jan-mar 2007. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

MELO, M.C.P. Inserção internacional da Região Nordeste e a dinâmica do comércio exterior brasileiro nos anos recentes. *REN*, vol. 38, nº. 4, p. 583-601, out-dez 2007. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil,

RIBEIRO, J.F. Desempenho recente do comércio exterior brasileiro. *RBCE*, ano XX, nº. 87, p. 10-15, abr-jun.2006. Rio de Janeiro: Funcex.

Dissertação, tese e monografia

MELO, M.C.P.; MOREIRA, C.A.L.; VELOSO, A.W. *Relações comerciais China-Região Nordeste do Brasil: uma qualificação do movimento no período 2002-2008*. Relatório de Pesquisa. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

Eventos

MELO, M.C.P. Empresas incentivadas e o perfil exportador do estado do Ceará em um ambiente globalizado *In: Seminário Internacional sobre Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre as regiões do Nordeste*

brasileiro e a baixa Califórnia (México) 2008. Fortaleza: Anais RIC/UFC, 2008.

_____. Intensidade Tecnológica e comércio externo da Região Nordeste: uma qualificação das pautas estaduais no período recente. In: *Seminário Modernização Tecnológica Periférica*, 10, 2007. Recife: Anais, 2007.

_____. Acompanhou a Região Nordeste a dinâmica recente do comércio exterior brasileiro? In: *Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais*, 4, 2006. São Paulo: Anais. ABER, 2006.

Documentos eletrônicos

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Aliceweb, 2009* Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em 27 abril 2009.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *Os resultados de 2008 e os primeiros impactos da crise sobre o comércio exterior brasileiro*. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em 28 abril 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas regionais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 3 mai 2009.

OCDE. *Science, technology and industry scoreboard 2001 – Towards a knowledge – based economy, 2004*. Disponível em : <<http://www.oecd.org>>. Acesso em 3 maio 2009.